

A I REPÚBLICA PORTUGUESA NA IMPRESA INTERNACIONAL: A VOZ ITALIANA DO DISSENSO

Marco José Gomes

Universidade de Coimbra

gomes_marco78@hotmail.com

Resumen: Los acontecimientos del 5 de octubre 1910 colocaron Portugal en el centro del debate político y de la agenda informativa internacional. Las repercusiones se han extendido un poco por toda Europa y han provocado reacciones contradictorias. En este artículo se analiza el impacto de la implantación de la I República portuguesa en la prensa italiana y como esta fue relatada en el discurso editorial, con especial enfoque en el encuadramiento discursivo de las corrientes de opinión contrarias al orden político republicano.

Palabras clave: Portugal, Republicanismo, Periodismo, Opinión Pública

Abstract: Political events resulting from the 5th October 1910 military coup put Portugal at the center of the political debate and the international journalistic agenda. The repercussions spread all over the Europe and provoked contradictory reactions. This article analyzes the impact of the First Portuguese Republic implantation on the Italian press and how it was reported by the editorial discourse, with special focus in the discursive framing conferred by the current opinion that opposed the republican political order.

Keywords: Portugal, Republicanism, Journalism, Public Opinion.

1 Introdução

A implantação da I República em 1910 figura no topo dos acontecimentos políticos portugueses que maior *ressonância* adquiriram no contexto da opinião pública e dos círculos políticos europeus. A *república intelectual*, como não poucos a designaram, pertence à ordem dos eventos excepcionais e foi acolhida pela imprensa internacional em conformidade com esse estatuto. As primeiras reações oscilaram entre, por um lado, associar o movimento republicano ao progresso e à reabilitação de um Portugal decrépito e, por outro, em rotulá-lo de sectário, maçónico e utópico.

O levantamento revolucionário responsável pela queda da monarquia inseriu-se num movimento que ambicionava modernizar um país social e economicamente atrasado. Pretendia regenerar um imaginário coletivo dominado pelo império do sagrado (cfr. Neto: 1998), pelo descrédito nas instituições políticas e por um difuso sentimento decadentista veiculado por diversas tendências filosóficas, estéticas e até políticas. Fatores como a influência da Igreja no Estado e na sociedade, a subjugação do país aos interesses coloniais britânicos, os gastos da família real e a própria ditadura de João Franco ajudam a explicar a progressiva erosão da monarquia.

Seguindo a inspiração da república francesa, o republicanismo português, assente em pressupostos agnósticos, consubstanciou-se num projeto político e na criação de uma nova forma de perceber o mundo social. Este ideário fundado na secularização, no otimismo histórico e na razão do iluminismo setecentista foi, como refere Fernando Catroga (2000: 121), a “encarnação política de uma revolução cultural”, a tal rutura considerada indispensável para democratizar e emancipar a sociedade.

O regicídio de 1908 demonstrou a vitalidade dos ventos antidinásticos e acentuou o percurso que haveria de bloquear a praxis política, minada por rivalidades sistémicas e incompatibilidades entre setores conservadores (apostados na manutenção da ordem) e núcleos reformadores de esquerda, de onde sobressaia o Partido Republicano (Ramos, 1994: 335-399; Homem, 1990: 65-80). Os reformadores, ainda que fragmentados por divergências internas e especificidades de pensamento individual, tomaram o poder e logo clamaram por um projeto político-cultural que, para os opositores internos e externos, não passava de um conjunto de ideias utópicas alicerçadas no anticlericalismo desenfreado e nas nefastas experiências sociais.

Este sentimento de desconfiança perante o regime republicano português, não raras vezes vislumbrado como uma perigosa ameaça ao *status quo* vigente, alastrou-se pelos círculos conservadores de uma Europa governada por monarquias¹ e fortemente influenciada pelo catolicismo. Itália foi um dos países onde esta desconfiança emergiu energicamente.

¹ França, Suíça e San Marino eram os únicos Estados governados por repúblicas.

Alguns fatores podem ajudar a explicar esta declarada resistência italiana, como o forte enraizamento dos valores católicos e a convivência quotidiana com o Estado do Vaticano, o centro operacional e simbólico da Igreja. Ou ainda a atração pela estabilidade governativa, um dos principais legados do ciclo político (1903-1914) de Giovanni Giolitti. Como nota Emilio Gentile (2008), esta responsabilidade pelo fim dos executivos precários era considerada a garantia maior de funcionamento e fortalecimento do sistema político italiano. Giovanni Giolitti foi um liberal conservador empenhado em reforçar a monarquia, associado por muitos observadores ao inequívoco progresso económico e social da sociedade, à renovação cultural². É sobre as reações italianas ao advento do regime republicano que direcionamos a nossa atenção, nomeadamente sobre as correntes de opinião que alimentaram o debate político na imprensa.

Este trabalho tem, assim, por objeto o discurso jornalístico italiano, entendido à luz de uma comunicação argumentativa que, através das razões invocadas, tanto procura criar uma “disposição para a ação” ou, por outro lado, apenas deter-se na conquista “puramente intelectual” do auditório (Pareman, 1977, 1997: 30). Estas duas dimensões argumentativas estão intrinsecamente ligadas ao tipo de imprensa que enforma o nosso objeto de estudo: a *imprensa de opinião* mais direcionada para incitar à ação; e a *imprensa de referência* atuando preferencialmente ao nível da persuasão das ideias.

O objetivo geral consiste em analisar o modo como diferentes jornais abordaram a implantação da I República portuguesa, com especial enfoque para o enquadramento discursivo conferido pelas correntes de opinião dissonantes. Sem descurar as diversas vozes que estruturam o universo polifónico, pretende-se compreender este importante período da história das instituições políticas através da perspetiva de todos aqueles para quem a emergência da ordem republicana não constituiu um momento de celebração, que contra ela se insurgiram ou propuseram alternativas.

Ou seja, procura-se mapear as vozes que denotaram assentimento ou dissensão em relação ao sistema político instituído a 5 de outubro de 1910, recuperando e decompondo os argumentos aduzidos pelos enunciadores que se opuseram ao novo ordenamento político.

² Giovanni Giolitti manteve-se por longos períodos no poder entre 1903 e 1914. Neste arco temporal, apenas outros quatro políticos lideraram um governo, mas por alguns meses. Luigi Luzzatti foi o que alcançou uma durabilidade maior, entre 31 de março de 1910 e 29 de março de 1911. Os críticos de Giolitti acusavam-no de manter Itália sobre a pressão da pobreza, principalmente no sul do país, de perpetuar uma ditadura parlamentar através de práticas transformistas e de maiorias políticas baseadas em eleições manipuladas. Também ao nível da intelectualidade italiana, de esquerda ou de direita, de Benedetto Croce a Gabriele d’Annunzio, muitos foram os que se opuseram à governação de Giolitti (Battista, 1999; De Bernardi e Ganapini, 1996).

2 Metodologia

O corpus da pesquisa reúne textos publicados por sete jornais diários entre 6 e 25 de outubro de 1910. Analisou-se um total de 140 edições (20 edições por cada órgão de comunicação) através das quais foi possível elaborar um corpus formado por 17 editoriais que versam exclusivamente sobre os eventos portugueses.

A opção pelos editoriais reside no facto de que este género jornalístico representa de certa forma a voz do jornal, a sede de opiniões e um instrumento importante para orientar a formação da opinião. A narrativa que este género comporta transmite e secunda a percepção do mundo social criada pela imprensa. Ora tendo presente que os jornais podem adquirir a forma de “instituições de poder da elite” (van Dijk, 2005: 76), incorporando e veiculando interesses de determinados grupos políticos, a opção pelo editorial justifica-se na medida em que permite captar o itinerário – ou pelo menos fragmentos – do debate político italiano. O editorial constitui, neste sentido, um instrumento funcional para identificar os enquadramentos discursivos conferidos pelas diferentes correntes de opinião ao emergente regime republicano.

Dos 17 editoriais seleccionados cinco estão assinados. O texto editorial exprime as posições adotadas pelo jornal perante os factos hodiernos. Quando não anónimo vincula principalmente quem o assina. Esta premissa é particularmente relevante para o espaço temporal e o objeto de estudo em apreço, uma vez que o período que medeia o final do século XIX e o início da I Guerra Mundial é considerado a última estação do jornalismo de opinião em Itália (Castronovo, 1979). Trata-se de um tipo de jornalismo que remete para a interpretação idiossincrática da realidade.

Este fator obriga-nos a clarificar o uso das categorias de *imprensa de referência* e *imprensa de opinião*. As nomenclaturas e tipologias variam de autor para autor e até consoante o país³. Mas é, todavia, consensual relacionar a *imprensa de referência*⁴ com a classe dirigente, a informação *objetiva* e o jornalismo independente – noção tão simbólica quanto discutível –, abarcando todos os assuntos que enformam o mundo social. A *imprensa de opinião*, por sua vez, representa a voz de um determinado grupo político, religioso ou social (Bechelloni, 1974; Mesquita, 1994; Bourdieu, 1985).

Adotou-se estas duas terminologias não tanto para recuperar o seu significado convencional e classificar o tipo de jornalismo correspondente, mas principalmente para diferenciar a natureza e origem das publicações seleccionadas. Contrariamente ao

³ Em Inglaterra, por exemplo, há muito que se institucionalizou o conceito de *qualities* (jornais de *referência*) e *populares* (jornais *populares*). Noutros países europeus, porém, será talvez necessário adicionar categorias intercalares uma vez que apresentam algumas diferenças.

⁴ Jornais *de elite* ou *de qualidade* são outras terminologias utilizadas. Algumas destas definições são obviamente polémicas, designadamente quando se procura perceber o que significa um órgão de informação independente.

que acontece em Inglaterra, França ou Estados Unidos, os jornais de *referência* italianos em 1910 ainda não se regem pela totalidade dos requisitos afetos à mesma categoria de periódicos sobretudo no pós-II Guerra Mundial. Estabelecem mesmo como sua competência algumas das características do *jornalismo de opinião*, como seja defender os propósitos de grupos integrados, ou não, no circuito parlamentar e constituírem-se instrumentos de pressões políticas (Murialdi, 2006).

Existem, todavia, já diferenças entre os dois tipos de periódicos que importa assinalar neste início do século XX em Itália: os jornais de *referência* interessam-se por todos os assuntos da sociedade e, em vez de apostarem na mobilização dos comportamentos, incitando à ação, procuram conquistar preferencialmente os leitores através da persuasão das ideias. Os periódicos de *referência* tal como são classificados neste trabalho ainda suscitam uma configuração algo híbrida a meio caminho entre o significado atual da *imprensa de referência* e *imprensa de opinião*. Portanto, utilizou-se estas duas categorias para satisfazer uma necessidade/comodidade operacional.

A seleção dos órgãos de informação regeu-se por critérios de relevância e heterogeneidade ideológica (ver tabela 1): de relevância porque se decidiu eleger os diários mais proeminentes do panorama jornalístico italiano no contexto da *imprensa de referência*; de heterogeneidade ideológica porque só abarcando diferentes perspetivas políticas e sociais é possível mapear com rigor as publicações que adotaram um discurso de dissensão ou assentimento em relação aos acontecimentos portugueses.

Esta pesquisa consagra os episódios de 5 de outubro enquanto sequência de acontecimento delimitada segundo os seguintes parâmetros⁵:

- *Valorização*: os acontecimentos portugueses mereceram cobertura atenta por parte dos órgãos de comunicação analisados, que se traduziu na atribuição de um espaço significativo no contexto da diagramação tanto ao nível estético como funcional;
- *Complexidade*: embora a reflexão esteja direcionada principalmente para as opiniões dissonantes em relação à I República, o evento provocou um conjunto de interpretações heterogéneas que se podem inserir no binómio adesão vs oposição;
- *Duração*: o espaço temporal corresponde a 20 números de cada jornal, seleção que permite analisar a sequência de acontecimento e percorrer a fórmula que habitualmente acompanha o discurso jornalístico: situação de partida, auge e queda (Ringlet *apud* Mesquita, 1994: 20).

⁵ Os critérios de delimitação da sequência de acontecimento basearam-se na metodologia adotada por Mário Mesquita (1994) no seu estudo sobre a revolução do 25 de Abril.

A hipótese a testar é a de que a implantação da I República foi encarada por proeminentes correntes de opinião em Itália como um sistema político incapaz de constituir uma solução credível para a grave situação económica e política que afetava Portugal. As razões desta desconfiança podem ser explicadas à luz de um conjunto de ideias pré-concebidas acerca da natureza do movimento republicano e da influência da Igreja Católica em Itália. Tentou-se responder às seguintes perguntas de investigação:

- Quais os jornais que manifestaram dissensão ou assentimento em relação aos eventos portugueses?
- Quais os enquadramentos sugeridos pelos jornais que revelaram dissensão? Ou seja, como determinadas correntes de opinião justificaram a imagem negativa sobre o movimento republicano?

3 Estado da Arte

A análise do discurso jornalístico é um campo de investigação central no âmbito dos estudos de imprensa. Trata-se de uma área que foi recebendo diversos contributos multidisciplinares e adquiriu sempre maior relevância à medida que aumentou a consciência de que o nosso conhecimento sobre o mundo decorre em grande parte da informação que temos acesso quotidianamente. Algumas correntes teóricas notabilizaram-se na análise do complexo fenómeno comunicacional, nomeadamente a Escola de Chicago, a *Mass Communication Research* e a Escola de Frankfurt (Teoria Crítica).

As pesquisas sociológica, cultural e linguística desenvolveram trabalho aturado ao nível das relações do discurso com a linguagem, da estrutura do jornalismo e o seu lugar na produção de conhecimento⁶. Tal como a produção científica portuguesa tem evoluído

⁶ Ao nível das relações do discurso jornalístico com a linguagem importa sublinhar as obras de Mikhail Bakhtine (1929; 1981) e a sua perspetiva polifónica e dialógica do discurso. Sobre o jornalismo e o seu lugar na produção do conhecimento ficou célebre *A opinião e as massas* (1901, 1991) de Gabriel Tarde, onde o filósofo francês introduz a noção de *público* como *coletividade puramente espiritual*, que partilha ideias ou vontades e está separada fisicamente. Um público que nasceu com o advento da imprensa. No plano da pesquisa linguística, sociológica e cultural, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, John Austin e Erving Goffman motivam relevantes abordagens sobre a produção de enunciados, de como os indivíduos se exprimem e apropriam-se dos conteúdos. De Foucault (1970, 1997) são úteis os sistemas/mecanismos de *exclusão* que afetam o discurso bem como o conceito de acontecimento. As noções de *campo* e *habitus* introduzidas por Bourdieu (1989) constituem proveitosos instrumentos para o jornalismo quando se trata de perceber os esquemas de representação e as estruturas de percepção do indivíduo. Austin (1962), por sua vez, desenvolveu grande parte da atual teoria dos atos do discurso e das dimensões do uso da linguagem. E é da responsabilidade do sociólogo Erving Goffman (1986) o conceito de *enquadramento (framing)*, noção que marcou definitivamente este campo de estudo. Em *Language in the News* (1991), de Roger Fowler, é possível entender a função da linguagem ao nível da mediação da realidade. Semelhante esforço interpretativo encontra-se na extensa obra de Teun van Dijk

em função deste edifício teórico, também a revisitação através da imprensa de determinados acontecimentos da história das sociedades constitui uma das linhas de investigação que sofreu a influência das múltiplas abordagens dos estudos de imprensa.

Utilizando a imprensa nacional como fonte e objeto de estudo, de salientar o estudo de Estrela Serrano (2005) sobre os padrões jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais portuguesas entre 1976 e 2001, bem como os de Pedro Diniz de Sousa (2006) e João Figueira (2007), focalizados no período revolucionário pós-25 de abril. Em *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso*, Jorge Pedro Sousa (2004) procedeu à teorização das abordagens quantitativa e qualitativa e apresentou um estudo de caso sobre o tratamento jornalístico conferido pela imprensa portuguesa ao golpe de Estado em São Tomé e Príncipe em 2003.

De destacar os trabalhos coordenados por Isabel Ferin Cunha (1996, 2004, 2006, 2008) sobre as representações dos africanos através do discurso jornalístico e a forma como os jornais portugueses trataram a problemática da imigração tendo como alvo as minorias étnicas. Cristina Ponte (2005) surge igualmente como referência em virtude da coerente linha de investigação no contexto da análise do discurso, designadamente com *Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000*. Cristina Ponte, Néelson Traquina, entre outros autores, estão associados a alguns dos mais relevantes estudos das Ciências da Comunicação em Portugal, como *O jornalismo português em análise de casos* (2001) e *A problemática da sida como notícia* (2007). Nelson Traquina (1993) foi ainda responsável pela coordenação de *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, obra importante que reúne diversas reflexões internacionais no âmbito da análise do discurso.

Mário Mesquita e José Rebelo (1994) são os autores que mais se destacaram quando se trata de visitar acontecimentos portugueses na imprensa internacional. Para esse reconhecimento muito contribuiu a obra *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Mesquita analisou como a imprensa francófona (França, Bélgica e Suíça) reportou o golpe militar de 25 de abril de 1974, enquanto José Rebelo reviu o não menos mediático "caso República" e as repercussões na imprensa francesa.

Outras publicações da produção científica portuguesa merecem destaque, como a incontornável *História da imprensa periódica portuguesa* de José Tengarrinha (1989), a análise de Ana Cabrera (2006) sobre a imprensa no período marcelista, o útil e pertinente dicionário de Mário Matos e Lemos (2006) sobre os jornais portugueses no

(1988,1990; 1995, 1997), quer colocando a ênfase nos processos cognitivos intrínsecos à produção das notícias, quer dedicando-se à análise ideológica dessas mesmas marcas cognitivas, materializada na proposta de *quadrado ideológico* aplicada ao discurso jornalístico.

século XX e o recente estudo de Carla Batista (2012) sobre a forma como o jornalismo português se autonomizou da política e se direcionou para os cidadãos.

A implantação da I República é um dos acontecimentos mais estudados na historiografia portuguesa. Sobre ele recaem diversificados primas de investigação. Além das abordagens nas edições da História de Portugal coordenadas por José Matoso (1998) e Joaquim Veríssimo Serrão (1995), de salientar *A Capital: Diário Republicano da Noite* de Luís Salgado Matos (2012), artigo publicado na revista espanhola *Historia Constitucional* que utilizou o vespertino lisboeta para estudar a instituição Estado, versando ainda sobre as relações internacionais dos republicanos.

Em ano de centenário da I República, Nair Alexandra (2010) e Graça Fernandes (2010) revisitaram a edificação do regime através dos mais proeminentes jornais portugueses. O ano de 2010 foi extremamente profícuo. O Congresso Internacional I República e Republicanismo deu a conhecer os estudos de Charles Kurzman (2010) sobre as similitudes que unem eventos revolucionários em geografias tão distantes como Portugal, China, Rússia, México, Irão ou Império Otomano. E ainda os trabalhos de Francisco Pinheiro (2010), abordando os jornais desportivos no período republicano, e Àngels Carles (2010), sobre o impacto do 5 de outubro em Espanha.

Pensamos, porém, que a implantação da república carece de leituras através da imprensa internacional, especialmente a italiana. O contributo mais significativo provém de Reto Monico e Joaquim Vieira (2010). Os autores utilizaram a imprensa de vários países para visitar os acontecimentos de 5 de outubro, incluindo no corpus da pesquisa jornais italianos. O trabalho privilegia a perspetiva holística em detrimento da exaustividade quando se trata de abordar a repercussão do novo regime na imprensa de um Estado em particular. Este aspeto torna-se evidente quando, ao longo de 263 páginas, é dada muito merecidamente importância ao domínio caricatural. Ou seja, o estudo não tem preocupações de colocar em confronto diferentes perspetivas político-ideológicas. Ou ainda de analisar ao pormenor as opiniões que revelaram dissenso a respeito da I República.

4 A imprensa italiana no início de Novecentos

Dois elementos caracterizam o panorama jornalístico italiano no primeiro decénio de Novecentos: o desenvolvimento do setor editorial e o fim da hegemonia do diário // *Secolo*. Em relação ao primeiro, cumpre salientar que a expansão deste segmento de cultura e poder foi impulsionado por fatores como o incremento de maiores liberdades

cívicas e de imprensa, melhoria das condições de vida principalmente nas zonas do centro e norte do país (maior industrialização), progressiva urbanização, desenvolvimento das vias de comunicação (linhas ferroviárias), aumento da velocidade de informação (telégrafo e telefone) e inovações técnicas.

O ritmo deste progresso esbarrou, no entanto, nalguns desequilíbrios crónicos da sociedade italiana. Os elevados níveis de analfabetismo associados ao lento processo de escolarização e as gritantes assimetrias entre as regiões do norte e sul impossibilitaram a constituição de um espaço público mais vasto, informado e interessado pela causa pública⁷. Mas não obstante estas forças de atrito, a imprensa entrou definitivamente no processo de industrialização e começou a ser considerada um *quarto poder*. Assiste-se também ao desenvolvimento da imprensa regional e inter-regional através de jornais como *Il Resto del Carlino* (Bologna), *Il Secolo XIX* (Génova) e *Il Messaggero* (Roma).

A concorrência entre as diversas publicações ganhou ânimo e passou a processar-se através de outros valores que não exclusivamente os ideais políticos. Adquiriu sempre maior importância a qualidade das reportagens e crónicas, os conteúdos culturais e literários, o prestígio e a popularidade dos jornalistas. A formação de redações nos diários ampliou e colocou esta categoria no sentido da profissionalização, promoveu o espírito associativo e elevou-lhe o estatuto social (Murialdi, 2006: 89-104).

Se o jornalismo italiano ainda constituía um instrumento algo elitista de valorização e divulgação de ideias desta ou daquela corrente de opinião, extremamente dependente da informação política – noutras contextos geográficos já imperava a distinção entre *imprensa de referência*, *imprensa popular*, *imprensa de opinião* –, por outro lado, importa assinalar que é precisamente neste período que nasceu uma das particularidades mais profícuas do jornalismo da península: a institucionalização da terceira página. Impulsionada pelo diretor do *Giornale d'Italia*, Alberto Bergamini, esta secção reunia somente artigos de cariz cultural e marcou o início de uma longa epopeia de conteúdos (cfr Falqui, 1964; Briganti, 1972).

O segundo elemento que caracteriza a última estação do jornalismo de opinião em Itália reside na ascensão do *Corriere della Sera* ao primeiro lugar dos mais difusos jornais italianos, destronando assim do patamar de referência o homólogo milanês *Il Secolo*. Sob o comando do mítico diretor Luigi Albertini, o *Corriere* solidificou definitivamente a presença junto da burguesia. Adquiriu importantes colaborações com jornais ingleses e franceses e tornou-se o órgão de informação mais dotado de recursos e preconizador de um jornalismo de qualidade, investindo em enviados especiais e numa vasta rede de colaboradores. Luigi Albertini, personalidade de grande rigor moral, inspirado no monarquia inglesa vitoriana, assumiu como farol de

⁷ Apenas em 1913 a totalidade da população adulta masculina adquiriu o direito de voto.

orientação jornalístico o modelo do inglês *The Times*, onde havia estagiado, e transformou o *Corriere* num autêntico *quarto poder*, influente ao nível da opinião pública e dos círculos políticos (Licata, 1976). A orientação liberal conservadora estava em sintonia com os ideais do diretor.

O fim da hegemonia de *Il Secolo* coincidiu com um período em que os prejuízos se foram acumulando ano após ano. Igualmente penosas foram as interferências externas, tanto por parte do poder político como de grupos económicos. O jornal que havia dominado a imprensa italiana ao longo de 30 anos teve dificuldades em acompanhar algumas transformações na sociedade, designadamente o processo capitalista que acompanhou a industrialização do país. Esta espécie de distopia foi um sintoma que afetou outros jornais laicos e está diretamente ligada ao declínio da imprensa democrático-radical italiana (Castronovo, 1979). Com um corpo redatorial mais heterogéneo do ponto de vista político-ideológico em relação ao diário da *via Solferino*, o porta-voz dos democráticos radicais perdeu influência junto da burguesia e começou a discutir o segundo lugar dos mais difusos com outro projeto que se encontrava em plena ascensão: *La Stampa*.

“Toda a nossa força, a nossa potência, o nosso triunfo repousa sobre uma única base: o favor crescente do grande público”, escrevia o diretor de *La Stampa*, Alfredo Frassati, nas páginas daquele que já na altura havia conquistado o estatuto de jornal mais bem sucedido de Turim (Grandinetti, 1996: 22). Na verdade, enquanto o *Secolo* lutava para não abandonar o grupo dos diários mais proeminentes, Frassati concentrava cada mais esforços para alcançar o *Corriere della Sera*. Nascia assim uma rivalidade que havia de durar até ao século XXI. Este protagonismo decorre do trabalho que o Alfredo Frassati realizou para promover a qualidade do jornal, identificando-o com os setores empreendedores de Piemonte, contratando jovens redatores e direcionando também a atenção para as questões sociais e económicas. A sua inspiração remete para o modelo dos jornais alemães e a linha editorial para um liberalismo reformador.

O diário *La Tribuna* figura ainda no lote dos periódicos mais difusos, ocupando o primeiro posto em Roma. Assentava numa linha política que se pode definir de democrática liberal, tendo estado frequentemente sujeito às pressões de grupos económicos e dos homens do governo e parlamento. Portanto, todos os jornais de *referência* selecionados são os mais difusos em Itália e constituem os projetos jornalísticos de maior qualidade. Esta foi uma das razões que nos levou a elegê-los para o corpus.

O órgão oficial do Partido Socialista Italiano, o *Avanti!*, e os católicos *L'Unione* e *L'Osservatore Romano* (porta voz do Vaticano) completam a seleção dos meios. Através das perspetivas socialista e católica pensamos ter reunido um conjunto de linhas editoriais razoavelmente heterogéneas, requisito central para proceder ao

mapeamento das vozes que manifestaram dissensão ou assentimento em relação aos eventos de Lisboa.

Jornais	Duração Atividade	Local Periodicidade	Género Orientação Editorial
L'Osservatore Romano	1861 –	Roma – Diário	Impresa de Opinião Vaticano - Católico
Il Secolo	1866 – 1927	Milão – Diário	Impresa de Referência Socialista Democrático
La Stampa	1867 –	Torino – Diário	Impresa de Referência Liberal Reformista
Corriere della Sera	1876 –	Milão – Diário	Impresa de Referência Liberal Conservador
La Tribuna	1883 – 1946	Roma – Diário	Impresa de Referência Liberal Democrático
Avanti!	1896 – 1994	Roma – Diário	Impresa de Opinião Partido Socialista Italiano
L'Unione	1907 – 1912	Milão – Diário	Impresa de Opinião Católico

Tabela 1: Linhas de identidade dos jornais selecionados

5 Uma república noticiável

Quais os critérios ou fatores que determinaram a noticiabilidade da revolução de 5 de outubro? Porque é que os eventos portugueses captaram subitamente a atenção da imprensa italiana? Antes de se avançar para a resposta, importa perceber que os valores de noticiabilidade são “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias” (Wolf, 2001: 195). Simplificando, correspondem aos elementos que permitem definir o que é ou não notícia.

A relação destes critérios é já extensa e decorre de contributos de vários autores (cfr Gans, 1980; Traquina, 2002; Wolf, 2001). Manuel Chaparro (1994) estabeleceu como critérios de noticiabilidade a atualidade, proximidade, dramaticidade, notoriedade, conhecimento, consequências, conflito, curiosidade e surpresa. O estudo pioneiro de Johan Galtung e Mari Ruge (1965) elegeu, por sua vez, a proeminência de pessoas ou Estados envolvidos, amplitude, relevância, negatividade, frequência e, entre outros, personalização.

Através desta listagem, que não esgota o universo dos critérios e das concepções sobre noticiabilidade, é possível deduzir que a intentona republicana terá sido uma temática com repercussões significativas em Itália porque entroncou em vários destes valores. Por exemplo, foi um evento *atual* que comportou elevado grau de *surpresa*, apesar de vários editorialistas terem observado que a revolução era esperada. Pela natureza violenta da revolta, assumiu o carácter de um *conflito* porque opôs os republicanos à ordem política vigente, envolvendo ainda *dramaticidade* – não obstante os combates entre revoltosos e forças monárquicas, a forma como a família real foi para o exílio causou enternecimento na opinião pública internacional, como veremos mais à frente.

É também plausível que pelo facto de se tratar de um país de cultura latina, situado na mesma latitude europeia, cuja família real era composta por uma figura de origem italiana – rainha Maria Pia de Saboia –, o episódio tenha sido interpretado como *próximo*. Mauro Wolf (2001) nota que se pode relacionar *amplitude* com afinidade cultural e distância. Poder-se-á adicionar mais um elemento: o tratamento jornalístico de acontecimentos estrangeiros processa-se geralmente por critérios de noticiabilidade relacionados com os interesses estratégicos do país.

Acrescenta-se ainda que a nova república despertou assinalável *curiosidade* quanto mais não seja por se tratar de um sistema político que apenas encontrava paralelo em três estados europeus. Por este mesmo motivo foi associado a um sentimento *negativo* por proeminentes correntes de opinião uma vez que combatia as ordens monárquica e católica, dominantes no espaço europeu. E, por último, além de envolver um *Estado* e *personagens de elite* que rapidamente atraíram a atenção do discurso jornalístico e despertaram sentimentos contraditórios – *personalização* –, os eventos portugueses acabaram por ter *consequências* para a península itálica, aspeto que analisaremos de seguida.

6 O desagrado da voz católica: “São os jacobinos da pior espécie”

O levantamento militar de 1910 rapidamente agitou os círculos políticos em Inglaterra, principal parceiro económico de Portugal e tradicional aliado. Colocou em sobressalto o governo de José Canalejas, da vizinha Espanha. E suscitou em França, na *república mãe*, entusiasmo entre socialistas e radicais.

Itália integrou igualmente o grupo de países que seguiu atentamente a evolução das ocorrências. Em primeiro lugar, porque a publicação do diploma republicano que mantinha em vigor anteriores disposições destinadas à expulsão das ordens religiosas

do território português suscitou fragorosas polémicas entre as forças políticas italianas. Em causa estava o possível êxodo de frades e monásticos em direção à península itálica. No dia 11 de outubro, o governo de Luigi Luzzatti avançou mesmo com deliberações que determinavam o cumprimento da legislação vigente contra as congregações religiosas. A altercação opôs, sobretudo, os católicos aos socialistas e democratas radicais, como demonstra o editorial do diário *L'Unione*:

“Volta hoje a inútil polémica com os anticlericais da nossa casa que (...) suam para dissuadir o correto juízo do público a respeito dos horrores liberticidas que um punhado de demagogos portugueses vão consumando com ferocidade insolente, esforçando-se para convencer que aquela caça furibunda e selvagem ao homem tem a sua justificação na conduta incivil dos clericais e das ordens religiosas” (L'Unione, 12 outubro 1910: 1).

Em segundo lugar, como referimos anteriormente, pelo facto de se encontrar entre os elementos da família real que seguiu para o exílio a rainha de origem italiana D. Maria Pia⁸, filha de Vittorio Emanuele II, rei da Sardenha e Piemonte. A indefinição quanto ao destino último da realeza nos momentos sucessivos ao golpe militar – primeiro embarcaram com destino ao porto de Gibraltar e só depois D. Maria Pia seguiu para Itália – despertou o súbito interesse da imprensa e alguma comoção na opinião pública italiana.

A crispação político-ideológico entre correntes de opinião em Itália não derivou apenas do diploma republicano destinado à expulsão das ordens religiosas e do suposto êxodo de religiosos. Este confronto de perspectivas remeteu também para o constante conflito pela imposição de uma determinada perceção do mundo social. O tal conflito que Pierre Bourdieu (1989: 173-174) definiu como “a forma original da luta simbólica pela conservação ou pela transformação” desse mundo social, a disputa pelo *poder simbólico* “de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e fazer reconhecer”. Foi em função desta *luta simbólica* que decorreu o posicionamento das instâncias de enunciação em relação aos eventos portugueses, materializado, como podemos observar na tabela 2, no tradicional esquema binário adesão vs dissensão.

⁸ A rainha D. Maria Pia era avó do rei deposto D. Manuel II e mãe da rainha D. Amélia.

Assentimento	Dissensao
Il Secolo	L'Osservatore Romano
Impresa de Referência Democrático Radical	Impresa de Opinião Vaticano - Católico
La Stampa	L'Unione
Impresa de Referência Liberal Reformista	Impresa de Opinião Católico
Avanti!	Corriere della Sera
Impresa de Opinião Partido Socialista Italiano	Impresa de Referência Liberal Conservador
	La Tribuna
	Impresa de Referência Liberal Democrático

Tabela 2: Esquema adesão vs dissensão

A matriz de dissensão reuniu os diários católicos *L'Osservatore Romano*, *L'Unione*, e os órgãos no domínio da imprensa liberal conservadora e moderada, respetivamente *Corriere della Sera* e *La Tribuna*. Pautaram as suas narrativas pelo assentimento à nova ordem republicana os jornais *Avanti!*, *La Stampa* e *Il Secolo*.

Os argumentos, tropos e estruturas do discurso foram utilizados com maior efusividade por parte de *L'Unione*. Não faltaram retóricas de tom alarmista assentes em analepses e analogias com personagens e acontecimentos históricos. O periódico católico empenhou-se em desqualificar o movimento republicano, configurando-o num anátema a abater e, desta forma, agindo numa posição de trincheira. Revelou-se o menos parcimonioso ao nível da extensão dos enunciados.

Logo nos primeiros comentários à situação portuguesa considerou que o regicídio de 1908 havia sido o ensaio geral dos insurretos. E que o assassinato de Miguel Bombarda tinha constituído um pretexto para iniciar a revolta, ao qual, injustificadamente, os republicanos atribuíram significado político. O diário católico adiantou que o sistema político emergente era antidinástico, sendo a situação do ponto de vista religioso da maior gravidade. Depressa identificou o código genético dos revoltosos de Lisboa: “Os republicanos portugueses (...) são feitos à imagem e semelhança das lojas parisienses” (*L'Unione*, 7 outubro 1910: 1).

O discurso tornou-se corrosivo e inflexível quando se conheceu o diploma que remetia para a expulsão das ordens religiosas. Defendendo as conceções políticas e os princípios da Igreja Católica, partiu para uma cruzada que plasmou inconformismos e

vilipêndios em três direções: regime republicano, desqualificação *ad personam* e imprensa. A I República foi apresentada como anticlerical, destruidora do trono, desprovida de apoio popular, demagoga. Mais não representava do que uma *república filosófica*, a *república de Auguste Comte* erguida com a intempestividade do absolutismo vermelho. O novo regime seria o resultado do conluio entre a maçonaria e os conspiradores da pátria, auxiliados por um Exército contagiado pela imoralidade.

“A república é livre para todos, mas expulsam-se as congregações religiosas, viola-se a consciência dos crentes, impõe-se por via do decreto a separação do Estado e da Igreja. (...) Estamos bem elucidados quanto à nova república. Jacobina e praticamente liberticida, com um verniz de filosofismo positivista, (...) é um presente do militarismo” (L’Unione, 10 outubro 1910: 1).

Dos textos de *L’Unione* emergiu uma espécie de duplo internacionalismo, o católico e o maçónico, e um horizonte que previa o confronto entre os dois substratos ideológicos. À medida que se iam conhecendo mais pormenores sobre o regime de Lisboa, a deslegitimação baseada em paralelismo históricos e ataques aos valores contrários à Igreja começou a dividir o espaço narrativo com argumentos que visaram apropriar de certa forma a temática para o debate interno italiano. O discurso evoluiu em três etapas. Primeiro, identificar e desmistificar o inimigo que denota vitalidade num outro Estado – não existe diferença entre republicanos portugueses e jovens turcos; os republicanos detêm impulsos absolutistas, estão protegidos pela maçonaria internacional e camuflados com a *máscara da liberdade*. Segundo, evidenciar que se trata de um processo conspirativo em expansão – Portugal é o primeiro Estado a entrar na órbita da confederação das repúblicas latinas; a força maçónica, com sede em França, tentará de seguida o golpe em Espanha. Terceiro, utilizar argumentos de probabilidade para passar a mensagem de que o inimigo possui ambições em Itália e constitui uma ameaça:

“A revolução de Portugal reclama a atenção dos governos e dos soberanos sobre a necessidade de proteger o exército do espírito subversivo. (...) No dia em que a maçonaria contar com adeptos suficientemente numerosos entre as fileiras da oficialidade espanhola e italiana terá chegado a hora da revolução (...) e o ideal da federação das repúblicas latinas não será mais um sonho, antes uma realidade” (L’Unione, 11 outubro 1910: 1).

Sebastião de Magalhães Lima e Teófilo Braga foram as personagens mais visadas no contexto do movimento que depôs a monarquia. Em relação a Magalhães de Lima, grão-mestre da maçonaria, a voz católica – citando a imprensa francesa – sublinhou a imagem do “profeta que prevê o futuro”. Ironicamente: *o infalível* (*L’Unione*, 8 outubro 1910: 1). Quando comentou algumas declarações do homem que, na Europa, reuniu apoios para a causa republicana, apelidou-o de “velha raposa da maçonaria internacional e humorista de primeira linha” (*L’Unione*, 11 outubro 1910: 1).

Sobre Teófilo Braga afirmou que o seu positivismo era *retardatário* e o intelectualismo não passava de uma fachada exterior. Designou-o de novo Lamartine da república. Finalizando: “São os jacobinos da pior espécie” (*L’Unione*, 10 outubro 1910: 1).

A imprensa e a opinião pública também foram referenciadas enquanto parte integrante da estratégia expansiva republicana. O discurso maniqueísta do jornal fundado em 1907 considerou estes dois elementos um instrumento nuclear para a maçonaria na medida em que esta utilizava a primeira para influenciar a segunda, veiculando, deste modo, a propaganda revolucionária sectária. Simplificando: a imprensa ao serviço da maçonaria era um enérgico e válido agitador de ideias. Corrompia a opinião pública europeia. A linha editorial católica fundiu os republicanos portugueses e a maçonaria internacional num único corpo, do ponto de vista físico e intelectual. A associação foi imediata.

O jornal recorreu ainda a ilustrações para enfatizar o perigo que estava próximo. Agiu em conformidade com as características atribuídas à *imprensa de opinião* e incitou à ação. Este processo discursivo foi utilizado quando, por exemplo, aludiu ao assassinato do diretor do diário *Portugal* para chamar a atenção que tudo valia para prosseguir a marcha revolucionária. À dramatização deste acontecimento específico esteve associado o argumento de coexistência entre o movimento republicano e os seus atos, sempre numa perspetiva binário tendente a desqualificar as posições contrárias:

“Nunca, como em semelhantes ocasiões, nós, jornalistas católicos, sentimos a inanidade dos nossos débeis esforços. (...) É o jornalismo que se atinge: é a voz adversária que se sufoca materialmente e não apenas metaforicamente. (...) Os nossos amigos compreendem, e saberão agir” (*L’Unione*, 11 outubro 1910: 1).

L’Unione não concluiu as primeiras impressões sem preconizar uma solução para o problema português. Reconhecendo que as mudanças eram inevitáveis, num país economicamente arruinado face à desastrosa administração dos dinheiros públicos, defendeu a continuidade da Casa de Bragança mas no quadro de um regime liberal forte. A melhor forma de governo seria aquela que garantisse aos “cidadãos a verdadeira liberdade e, nessa, a participação de todos os bens espirituais e materiais de que se compõe a civilização”. Importava então dar ao país uma outra consciência coletiva dos direitos e dos deveres sociais. Pressagiava ainda que o regime republicano estaria sujeito ao golpe militar uma vez que mantinha-se a predisposição para subordinar a devoção pelo país aos critérios da rivalidade e luta partidária (*L’Unione*, 12 outubro 1910: 1).

As causas que, segundo *L’Unione*, determinaram a crise política em Portugal foram partilhadas pelo *L’Osservatore Romano*. A sintonia persistiu quando se tratou de qualificar os revoltosos e diagnosticar a solução para os graves problemas que

assolavam o país. Lamentado que Portugal apenas denotasse vigor para minar os princípios monárquicos, recordou João Franco como o único homem capaz de salvar o destino na nação (*L'Osservatore Romano*, 12 outubro 1910: 1).

O órgão oficial do Vaticano foi mais comedido ao nível da extensão dos comentários, apostando sobretudo nas crónicas dos correspondentes distribuídos pela Europa e, especialmente, em Portugal. Preocupado em explorar o fluxo de contra-informação verificado nos dias sucessivos à revolução, selecionando criteriosamente a informação das agências noticiosas e dos jornais estrangeiros, insistiu em desmistificar o hipotético fluxo migratório de *irmãos* para Itália e, por vezes, circunscrever a ações pontuais as perseguições de que eram alvo em Portugal. No calor da emulação ideológica, constatou que Portugal representava um impulso importante para as forças anticristãs (*L'Osservatore Romano*, 12 outubro 1910: 1).

Os títulos que conferiam coerência aos aglomerados de peças ilustram o cenário de guerrilha dominante e o tom panfletário característico dos jornais partidários ou de tendência: “A tirania jacobina em Portugal”; “Maçonaria: eis o inimigo”; “A canalha anticlerical opera na república portuguesa”. As páginas de *L'Osservatore* veicularam o quadro maniqueísta também presente na narrativa de *L'Unione*.

7 A dissensão na imprensa de referência

Os liberais *Corriere della Sera* e *La Tribuna* revelaram-se avessos a mudanças radicais. Talvez por isso olharam com descrença para os novos líderes políticos, a quem atribuíram ambições desmedidas e impulsos utópicos. Reconheceram que os episódios de Lisboa ocupavam a atenção de todo o mundo civil. A degeneração da instituição militar mereceu análises atentas, bem como a falta de diálogo e excesso de incompatibilidades entre a classe política. Prevaleceu a ideia de que Portugal vivia um período de declínio no plano da moral e dos costumes.

O último parágrafo de um editorial intitulado *A aurora cinzenta*, do *Corriere*, reúne todo o ceticismo que começara desde o introito: “A república nasce sobre infaustos auspícios”. Pelo meio, a certeza de que, naquele momento, uma monarquia que se transformasse em república representava “um grande anacronismo” e pertencia à “história das ilusões coletivas”. E se, como referia o jornal dirigido por Luigi Albertini, a república assentava nos mesmos fundamentos através dos quais se regia a monarquia, a coerência do discorrimento obrigava a afirmar que uma mudança de forma de governo não era sinónimo de renovação da moralidade.

Para o periódico da *via Solferino* parecia missão quase impossível encontrar na história exemplos de um país que, depois de saído de uma revolução de carácter militar, tenha reencontrado o caminho da disciplina e do progresso. A conflitualidade entre fações da instituição militar e a falta de lealdade das mesmas perante os altos interesses e a soberania do país foram os aspetos mais visados (*Corriere della Sera*, 7 outubro 1910: 1).

O diário *La Tribuna* analisou a situação política portuguesa colocando em evidência as causas da revolução e as consequências que esta poderia implicar para o futuro da nação lusitana. Em relação às causas, observou que a falta de concórdia representava o problema central da política portuguesa, responsável pela debilidade orgânica dos partidos dominantes divididos entre si por rivalidade e ambições.

A inocência do título *Uma nova República* escondeu as dúvidas avançadas logo no primeiro parágrafo do dia 7 de outubro: “Esta proclamação é a expressão fiel dos sentimentos do povo português?”. A pergunta, na verdade, foi o ponto de partida para deslegitimar a nova ordem republicana e os seus heróis, acusados de não ser os verdadeiros intérpretes da vontade popular. O articulista considerou que a génese das convulsões políticas residia num estado *psíquico-revolucionário* alheio à maioria da população, classificada como apolítica (*La Tribuna*, 7 outubro 1910: 1).

As consequências apontadas também não primaram pelo otimismo. A independência do país poderia estar em risco devido à incapacidade da classe política dialogar e alcançar consensos. Este princípio parecia, de facto, saído do manual de conduta da política italiana na medida em que os consensos constituíam a base da praxis política daquele país – premissa que se estendeu até ao século XXI. Outras desconfianças derivaram da natureza política dos responsáveis pela revolução. Mais concretamente dos prováveis efeitos que a aplicação efetiva do humanitarismo de Bernardino Machado e o darwinismo social e histórico de Teófilo de Braga teriam sobre a vida portuguesa. Este temor estava relacionado com o idealismo utópico que podia mergulhar Portugal em nefastas experiências sociais. Não esquecendo as ambições imperialistas de Bernardino Machado.

As análises de *La Tribuna* não são alheias ao conhecimento que Olindo Malagòdi detinha sobre alguns dos protagonistas republicanos. Efetivamente, Malagòdi foi dos jornalistas que mais insistentemente discorreu sobre um grupo que considerava não apresentar qualquer tipo de moralidade superior. As impressões que o futuro diretor da publicação romana estampou no dia 10 de outubro foram inspiradas nas próprias informações que recolheu quando em 1908, por ocasião do regicídio do rei D. Carlos e do príncipe D. Luís Filipe, deslocou-se a Portugal para falar com Teófilo de Braga e Bernardino Machado.

Ficara-lhe na memória as quatro horas de prosa com Teófilo de Braga, que lhe parecia ter “mentalidade de um puro teórico, o professor que vivia longe e fora da vida”. O presidente do governo provisório republicano foi apresentado de forma depreciativa, como um homem de seita atraído pelas conspirações, uma mente entregue às abstrações histórico-sociológicas e ao utopismo da filosofia político-social.

Sobre a generalidade dos atores que inspiraram a revolta de Lisboa recaiu um quadro negativo. Foram descritos como um conjunto de intelectuais “deslocados, descontentes e inflamados” que haviam importado arbitrariamente ideias novas sem escolha nem critério, todos provenientes de Coimbra. Reproduziam – escreveu Malagòdi – uma intelectualidade que havia sido sujeita a um processo de decadência, como todos os setores da sociedade, constituindo o mais doloroso produto do antigo regime; eram os obreiros, portanto, da “revolução feita com o cérebro” (Malagòdi, 10 outubro 1910: 1).

O diagnóstico sobre a situação portuguesa não poderia deixar de contemplar dois aspetos nada estranhos à imprensa laica e ao Estado italiano: a corrupção e o clericalismo. A corrupção não representava mais do que uma tendência, principalmente nos países latinos, de introduzir também nas formas de governo aqueles males da vida pública que são apenas imputados aos homens.

O clericalismo era o problema central que ancorava o país à curva da decadência. Tratava-se de um fenómeno que afetava igualmente a vizinha Espanha e transformava os dois países no último domínio da Santa Sé. O elemento católico foi redimensionado para a realidade da Península Ibérica enquanto sintoma degenerativo das mentalidades. O declarado sentimento anticlerical dos republicanos de Lisboa constituía, neste sentido, um fator de esperança para a sociedade portuguesa. Esta foi a única mais-valia que o diário romano atribuiu à nova ordem política.

Olindo Malagòdi sublinhou mesmo a urgente necessidade de iniciar a reforma que soltasse o espaço ibérico da “antiga servidão do espírito” e o colocasse na estrada da modernidade. Por este motivo notou que a simultaneidade temporal entre o advento da república e a tentativa reformadora do governo de Canalejas na vizinha Espanha poderia ser o princípio de feitos relevantes (Malagòdi, 10 outubro 1910: 1).

Os malefícios do clericalismo em Portugal e Espanha foi um tema sobre o qual a imprensa laica deteve a atenção e se pronunciou a favor da separação de poderes entre a Igreja e o Estado. Por representar, nos alvares do século XX, uma questão fraturante ao nível do debate público no espaço europeu, talvez se perceba melhor a forma inflamada como a corrente de opinião católica adotou uma linguagem maniqueísta e transformou o seu porta voz, a imprensa, no principal espaço de representação. Afinal, alguns problemas levantados pela revolução de 5 de outubro

excederam as fronteiras portuguesas. O discurso católico, como vimos anteriormente, é elucidativo a este respeito.

8 A revolução como inevitabilidade histórica

As perspetivas anteriormente aduzidas em relação ao movimento republicano não colheram deferência por parte de *La Stampa*, *Avanti!* e *Il Secolo*. À exceção da questão clerical, foram combatidas em consonância com o conspícuo axioma da história da imprensa: o jornalismo encontra-se dialeticamente interligado com as diversas formas de governação política.

Os três jornais não enjeitaram a oportunidade de vislumbrar na experiência portuguesa um sério aviso para a Europa conservadora em geral e para a Itália em particular, uma ameaça para a estabilidade das monarquias que perpetuavam negociatas, clericalismos e políticos despóticos. Não enjeitaram a oportunidade de vislumbrar um sinal de que o exército podia-se converter contra os conservadores.

La Stampa contestou, por exemplo os que afirmavam tratar-se de um movimento isolado na intelectualidade e formado pelos mesmos homens do sistema anterior. Afirmou que o carácter cientista e literário dos insurretos poderia ser encarado como um indicativo da amplitude do movimento republicano, minoria que, na opinião do diário, tinha o apoio do povo e da burguesia ativa (Murri, 22 outubro 1910: 1).

Mais eloquentes, o porta-voz dos socialistas italianos e o jornal dos democrático radicais acreditaram que a nova ordem em Lisboa constituía uma evidência de que a expansão das ideias encontrava nas revoluções uma *necessidade histórica* em busca de novos caminhos para as populações. *Il Secolo* sugeriu que do Portugal republicano, transformado em pátria do jornalismo político, talvez a Europa financeira e credora pudesse aspirar a maiores garantias de pagamento (Bistolfi, 7 outubro 1910: 2).

O 5 de outubro coincidiu ainda com a antecâmara do XI Congresso Nacional do Partido Socialista Italiano. O novo regime foi saudado por várias secções socialistas antes e durante os trabalhos da conferência. O *Avanti!* relacionou a queda da monarquia com o atentado à família real em 1908, dizendo que eram duas etapas do mesmo caminho. Chegara o fim a ditadura das clientelas (*Avanti!*, 6 outubro 1910: 1).

A questão clerical foi a única linha agregadora que uniu as posições de assentimento e as perspetivas do *Corriere della Sera* e de *La Tribuna*. De Turim logo emergiu um aviso: “Itália, mais do que qualquer outro país, deve aproveitar o ensinamento. (...) Não se

pode fazer da religião um instrumento político” (*La Stampa*, 11 outubro 1910: 1). Afigura-se, portanto, plausível afirmar que a eclosão de anticlericalismos encontra correlação quando existe preponderância do clericalismo.

O *Secolo* sublinhou esta ideia mas foi mais longe. Chamou a atenção para o possível êxodo de religiosos em direção a Itália e revelou-se particularmente ativo na hora de pedir ao governo de Luigi Luzzatti medidas que impedissem esse eventual fluxo. Giovanni Ciràolo foi talvez dos mais enérgicos quando se tratou de sensibilizar e pressionar o executivo acerca do problema. Mas quais as razões deste temor? Ciràolo argumentava que o Estado italiano e particularmente Roma exerciam uma atração nostálgica sobre a comunidade religiosa, assumindo-se como uma espécie de *casa do último retiro* (Ciràolo, 11 outubro 1910: 1). Esta influência ontológica era ainda redobrada em virtude das posições assumidas pelos governos de países como França e Espanha, o primeiro manifestamente anticlerical e o segundo já empenhado em assumir posições mais firmes contra o fenómeno.

O editorial de 12 de outubro é bastante significativo quanto à insistência de *Il Secolo* nesta matéria e da pertinência que adquiriu ao nível do debate político italiano. Perguntava o jornal ao presidente do Conselho: “O governo proíbe o ingresso dos expulsos de Portugal?” O enunciado surgiu na sequência da notícia difundida no dia anterior segundo a qual o executivo italiano havia dado disposições para aplicar as medidas previstas na lei com o objetivo de impedir que as congregações religiosas portuguesas viessem estabelecer-se em Itália.

O jornal asseverou que as diligências haviam causado boa impressão. Porém, não se coíbiu de salientar que o principal problema consistia na indiferença do governo perante as sucessivas e quotidianas violações à lei (*Il Secolo*, 12 outubro 1910: 1). Ou seja: ao mesmo tempo que se congratulou com a iniciativa ministerial, levantou dúvidas quanto ao seu cumprimento. O diário milanês foi das publicações que mais dissecou a questão religiosa, entrando em violentas polémicas com a imprensa católica, nomeadamente com *L’Unione*. Um claro sinal de que as réplicas de Lisboa haviam chegado a Itália, sendo mesmo apropriadas pelo debate público e político.

Os sete jornais analisados revelaram o seu substrato da mundividência, recorrendo à narrativa erudita, eloquente, metafórica e à forte adjetivação. Invocaram verdades apodícticas para sustentar pontos de vista, enleadas frequentemente em complexos raciocínios e de onde sobressaiu o exercício da autoridade institucional. Imperaram as mensagens ofensivas que alimentam os contextos polemistas, as ilustrações, os valores negativos e os epítetos para desqualificar o *Outro*. A utilização de uma linguagem quase inacessível ao leitor comum acentuou as condições de receção das mensagens: auditório restrito. Os órgãos de comunicação empregaram uma linguagem assente na prosa oratória e, não raras vezes, nos chavões doutrinários.

9 Conclusão

Dos sete órgãos de informação analisados, quatro revelaram-se contrários à implantação da I República: *L'Unione*, *L'Osservatore Romano*, *Corriere della Sera* e *La Tribuna*. Enquadradas as correntes de opinião no esquema binário assentimento vs dissensão, é possível agrupar em três linhas gerais as considerações finais relativamente às vozes que manifestaram dissensão e responder, desta forma, à pergunta central da pesquisa.

Primeiro, a imprensa católica foi a corrente de opinião que utilizou uma linguagem mais violenta diante dos eventos portugueses, interpretando o mundo social sob um ponto de vista dualista. Esta dedução deve ser, no entanto, integrada num contexto que nos permita, como refere Michel Foucault (1997: 41), equacionar um elemento em função da série à qual pertence, compreender a “regularidade dos fenómenos”. Num quadro de crescentes tensões entre o mundo católico e o mundo laico no espaço europeu, a revolução portuguesa foi assim considerada uma ameaça para o mundo católico, em especial para a comunidade latina, devido sobretudo à publicação do diploma republicano que mantinha em vigor anteriores disposições destinadas à expulsão das ordens religiosas do território português. Apesar de distante, esta ameaça foi apropriada por *L'Unione* e *L'Osservatore Romano* por forma a legitimar e reforçar as suas posições ao nível do debate público italiano.

Em segundo lugar, os quatro jornais que manifestaram dissensão convergiram sobre a natureza do movimento republicano: antidinástico, anticlerical, demagogo, utópico, influenciado pela maçonaria, minoritário, desprovido de apoio popular e motivado para realizar experiências sociais questionáveis. Reconheceram que os acontecimentos de 5 de outubro haviam despoletado a atenção de todo o mundo civil e convergiram ainda em relação às causas que estiveram na origem da queda da monarquia: grave crise económico-financeira, falta de diálogo e concórdia, excesso de incompatibilidades ao nível da classe política, ambições políticas desmedidas e deslealdade da instituição militar diante dos altos interesses da nação. O somatório destes elementos credibiliza a nossa hipótese de partida na medida em que o novo sistema político foi encarado como uma solução incapaz de resolver a precária situação económica, social e moral de Portugal.

Em terceiro, a imprensa laica apenas superou as divergências político-ideológicas quando se tratou de debater a questão religiosa. *Corriere della Sera*, *La Tribuna*, *Il Secolo*, *La Stampa* e *Avanti!* concordaram com a separação de poderes entre o Estado e a Igreja Católica. Trata-se afinal de uma espécie de truísmo em virtude da linha laica das publicações. Este aspeto está diretamente relacionado com a temática que inflamou o debate público em Itália e que, decorrente da situação portuguesa, opôs a imprensa católica à imprensa laica: o êxodo de frades e monásticos em direção à

península itálica. O conflito entre católicos e laicos reavivou-se às expensas da problemática portuguesa.

As investigações de jornalismo comparado podem fornecer elementos úteis para o campo da História, uma vez que os jornais são, simultaneamente, fontes e atores do processo histórico. Em prejuízo de todos os que saudaram a chegada do regime republicano a Portugal, dedicou-se mais atenção às correntes de opinião dissonantes com base no pressuposto de que o entendimento de um determinado evento ou fenómeno só se aproxima da exatidão quando percorridos os vários planos que o constituem. Este é sem dúvida um plano que merecia ser estudado.

Bibliografia

- AUSTIN, JOHN – *How to do Things with Words*. London: Oxford University, 1962.
- BATTISTA, PIERLUIGI – *L'Italia Contemporanea: dal 1963 a oggi*, vol. VI. In *Storia d'Italia*, Giovanni Sabbatucci e Vittorio Vidotto (dir.) Roma: Laterza, 1999.
- BECELLONI, GIOVANNI – *Informazione e potere: la stampa quotidiana in Italia*. Roma: Officina, 1974.
- BENETTI, MARCIA – “Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos”. In *Metodologias de Pesquisa em Jornalismo*, Cláudia Lago e Marcia Benetti (coord.). Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, PIERRE – *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRIGANTI, ALESSANDRA – *Intelletuali e cultura tra Ottocento e Novecento: nascita e storia della terza pagina*. Padova: Liviana, 1972.
- CASTRONOVO, VALERIO – “Stampa e opinione publica nell'Italia liberale”. In *Storia della stampa italiana. La stampa italiana nell'età liberale*, Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.). Bari: Laterza, 1979.
- CATROGA, FERNANDO – *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- CHAPARRO, MANUEL CARLOS – *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.
- DE BERNARDI, ALBERTO; GANAPINI, LUIGI – *Storia d'Italia: 1860-1995*. Milano: Bruno Mondadori, 1996.

- FALQUI, ENRICO – *Nostra Terza Pagina*. Roma: Canesi, 1964.
- FOUCAULT, MICHEL (1970) – *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio de Água, 1997.
- FOWLER, ROGER – *Language in the news. Discourse and Ideology in the Press*. London: Routledge, 1994.
- GALTUNG, J. E RUGE, M. H. – “The structure of foreign news”, in *Journal of International Peace Research*, nº 1. SAGE Journals, 1965.
- GANS, HERBERT J. - *Deciding what's news*. New York: Vintage Books, 1980.
- GENTILE, EMILIO (et. al.) – *Novecento Italiano*. Bari: Laterza, 2008.
- GOFFMAN, ERVING – *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GRANDINETTI, MARIO – *La Stampa da 1945 ad oggi: un giornale, un'azienda*. Torino: Gutenberg, 1996.
- HOMEM, AMADEU CARVALHO – *A Propaganda Republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.
- LICATA, GLAUCO – *Storia del Corriere della Sera*. Milano: Rizzoli, 1976.
- LOUREIRO, JOÃO BERNARDO DA ROCHA – *Nas origens do periodismo em Portugal: Cartas a Orestes*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2009.
- MESQUITA, MÁRIO – “Portugal na Primeira Página”. In *O 25 de Abril nos média internacionais*, Mário Mesquita e José Rebelo. Porto: Afrontamento, 1994.
- MESQUITA, MÁRIO; REBELO, JOSÉ – *O 25 de Abril nos média internacionais*. Porto: Afrontamento, 1994.
- MONICO, RETO; VIEIRA, JOAQUIM – *República em Portugal!: o 5 de Outubro visto pela imprensa internacional*. Almoçageme: Pedra da Lua, 2010.
- MURIALDI, PAOLO – *Storia del giornalismo italiano*. Bolonha: Mulino, 2006.
- NETO, VÍTOR – *O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- PARELMAN, CHAÏM (1977) – *O império retórico: retórica e argumentação*. Lisboa: ASA, 1999.
- RAMOS, RUI – *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI In *História de Portugal*, José Matoso (dir.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- TARDE, GABRIEL (1901) – *A opinião e a multidão*. Mem Martins: Europa América, 1991.

TRAQUINA, NÉLSON – *Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.

VAN DIJK, TEUN A. (1988) – *La Noticia como Discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.

(1995) – *Racismo y Análisis Crítico de los Medios*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1997.

– *Discurso, Notícia e Ideologia*. Porto: Campo das Letras, 2005.

WOLF, MAURO (1985) – *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

Fontes

Artigos Assinados

LA TRIBUNA

– Malagodi, Olindo, *La repubblica inevitabile*, 10 outubro 1910, 1.

LA STAMPA

– Murri, Romolo, *Concludendo*, 22 outubro 1910, 1.

IL SECOLO

– Ciràolo, Giovanni, *Il pericolo*, 11 outubro 1910, 1.

– Bistolfi, Giovanni, *Le cause economiche della rivoluzione*, 7 outubro 1910, 2.

– Schinetti, Pio, *La repubblica*, 6 outubro 1910, 1.

Artigos Não Assinados

L'UNIONE

– *Mentre sorge la Repubblica*, 7 outubro 1910, 1.

– *In attesa*, 8 outubro 1910, 1.

– *La Repubblica di Augusto Comte?*, 10 outubro 1910, 1.

– *La massoneria al lavoro*, 11 outubro 1910, 1.

– *Il Trionfo della demagogia*, 12 outubro 1910, 1.

L'OSSERVATORE ROMANO

– *La massoneria: ecco il nemico!*, 6 outubro 1910, 1.

– *Buona fede!*, 12 outubro 1910, 1.

CORRIERE DELLA SERA

– *L'aurora grigia*, 7 outubro 1910, 1.

LA TRIBUNA

– *Una nuova Repubblica*, 7 outubro 1910, 1.

LA STAMPA

– *L'esempio del Portogallo*, 11 outubro 1910, 1.

IL SECOLO

– *Le nostre leggi*, 12 outubro 1910, 1.

AVANTI!

– *La fine della dinastia di Braganza*, 6 outubro 1910: 1.